



- Maria Helena Braga • mhelena.braga@iqe.org.br
- Maria Sidalina Gouveia • sidalina.gouveia@iqe.org.br
- Cristina Luiza Garbuio • cristina.garbuio@iqe.org.br
- Maria Teresinha Figueiredo • mteresinha.figueiredo@iqe.org.br
- José Gayoso • jose.gayoso@iqe.org.br

## Educação Integral

### José Gayoso

Relações Institucionais IQE – Instituto Qualidade no Ensino

Para educar um indivíduo, no sentido pleno, é preciso envolver e articular diversos outros partícipes, tempos e espaços. Afinal, somos todos sujeitos totais, mas incompletos, com as mais diversas características, necessidades e possibilidades de aprendizagem ao longo da vida. Nesse sentido, a educação é por definição integral, na medida em que deve atender a todas as dimensões do desenvolvimento humano e acontece como processo ao longo de toda a vida. Assim, educar integralmente uma pessoa significa proporcionar-lhe uma condição permanente de construção do aprendizado.

Fundamentalmente, a educação integral reconhece oportunidades educativas que vão além dos conteúdos do currículo tradicional (núcleo comum), ao mesmo tempo em que percebe a contribuição incontestável de atividades complementares (no Brasil são usualmente conhecidas como “parte diversificada” do currículo), que normalmente acontecem no contraturno escolar.

A criação de programas e políticas públicas, amparada nos pressupostos da educação integral, está diretamente relacionada com as demandas dos movimentos sociais, notadamente a partir dos anos 90. Com a publicação do Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (1996) e do Plano Nacional de Educação (2014), o Brasil passou a incorporar na modelagem de suas políticas a educação integral como resposta às muitas vulnerabilidades infanto-juvenis e ao aprimoramento contínuo da qualidade da aprendizagem.

Movimentos das mais diversas origens – de mães, de lutas

pelos terras, pelo aumento de vagas em creches, pelo meio ambiente – levantaram, ao longo dos anos, questões que exigiam uma resposta complexa para o papel da educação. Para além da vulnerabilidade social, os movimentos discutiam e ainda discutem questões como reorganização curricular, autonomia dos educandos na construção de seus próprios percursos de aprendizagem, utilização da tecnologia na sala de aula, professores como mediadores do conhecimento, articulação comunitária, participação das famílias na gestão e operacionalização das instituições de ensino.

Desde 2008, com o início da implementação do “Programa Mais Educação” nas redes públicas de ensino, o tema “educação integral” tem ganhado espaço crescente dentre as políticas educacionais empreendidas pelo Ministério da Educação (MEC).

Paralelamente, a história nos fornece alguns exemplos que, de certa maneira, reforçam e evidenciam políticas públicas voltadas à educação integral: o Movimento Escola Nova (1932), a criação do Centro Educacional Carneiro Ribeiro por Anísio Teixeira em 1950 (primeira escola a funcionar em tempo integral no Brasil), a implementação dos Centros Integrados de Educação Pública (1980) no Rio de Janeiro e os Centros de Educação Unificados (2000) em São Paulo. Mais recentemente, a partir de 2004, o ICE (Instituto de Co-Responsabilidade pela Educação), organização do terceiro setor sediada em Pernambuco, tem empreendido uma série de parcerias com Secretarias Estaduais de Educação (São Paulo, Rio de Janeiro, Pernambuco, Ceará dentre outras), com o propósito de implantar um modelo de gestão educacional inovador para escolas em tempo integral. Aspectos cognitivos e não cognitivos (socioemocionais) são abordados a partir de uma ótica diferente, onde o projeto escolar define o currículo (concepção da prática pedagógica), que por sua vez se utiliza do tempo integral como estratégia para viabilizar o projeto

escolar.

Portanto, traçando um paralelo entre todas essas ações, o que caracteriza uma política de educação integral é a articulação intersectorial. Ou seja, educar um indivíduo integralmente depende necessariamente da articulação do próprio poder público – é uma tarefa que não pode ser exclusiva das secretarias de educação. Ao contrário, ela prevê necessariamente a integração e interlocução das agendas, políticas e, na medida do possível, receitas e orçamentos das mais diferentes frentes: esporte, cultura, assistência social, habitação, transportes e planejamento.

Nesse contexto, o espaço da cidade pode complementar as lições da sala de aula. O traçado da rua pode ajudar na aula de Geometria, a história do bairro na aula de História, as placas da rua nas aulas de Língua Portuguesa. As árvores, na aula de Ciências. E por aí vai. A educação integral considera a cidade como “território educador”, propondo a exploração de novos itinerários na ação educativa. Produz aproximação e integração entre os diversos campos do conhecimento (artístico, linguístico, científico, ético, físico), articulados às vivências na escola, na família e na comunidade. Enfim, educação integral não é uma modalidade da educação, mas sim, o próprio sentido de existir de um processo educativo. Apesar dos esforços empreendidos, o Brasil ainda carece de políticas públicas que equacionem a brutal disparidade existente entre seus indicadores educacionais (proficiência, taxa de aprovação, taxa de abandono, distorção idade-série, etc.) em relação à grande maioria dos países com os quais mantém relações comerciais. Enquanto a sociedade brasileira não despertar para a premência de uma educação integral consistente, extensiva a todas as crianças e jovens, em linha com as observações delineadas neste artigo, dificilmente nosso país alcançará patamares socioeconômicos satisfatórios.